



GT 39. Estudos etnográficos sobre cidadania

Coordenador(es):

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (UNIFAP - Universidade Federal do Amapá)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB - Universidade de Brasília)

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre “direitos”, “cidadania”, “igualdade” e “justiça”. Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a “cidadania” como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a “cidadania” é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre “cidadania”.

A condição de vítima e de cidadão na gestão do Estado: uma etnografia do merecimento

Autoria: Virginia Vecchioli (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria)

Depois de 36 anos de continua procura (2014) Estela de Carlotto, presidenta dos Avôs de Praça de Maio (Argentina), achou seu próprio neto Guido/Inácio, sequestrado depois do assassinato da sua mãe e criado ilegitimamente por uma terceira família. O encontro virou um drama emotivo nacional e foi vivido como uma verdadeira cerimônia cívica. No mesmo dia, Vitória, neta recuperada e filha de desaparecidos como Inácio, era levada detida pela segurança pública com extrema violência quando participava de uma movimentação trabalhista. Este ato de repressão contra uma filha de desaparecidos não gerou nenhum ato de compaixão ou indignação moral. Como se explica esta distinção entre filhos de desaparecidos recuperados? Quais processos permitem que alguns netos adquiram verdadeiros títulos de nobreza em quanto outros não recebem nenhum reconhecimento? Como se explica esta distribuição desigual de emoções para com os netos, vítimas do terrorismo de Estado? A partir de uma descrição microscópica das diversas cenas públicas que tiveram lugar no momento do encontro entre Estala e seu neto vou explorar o lugar decisivo atribuído ao sofrimento das vítimas na aquisição da condição de cidadão legítimo e compreender como outras vítimas que - como Vitória compartilham objetivamente os mesmos atributos - são colocadas no lugar de vítimas menos legítimas. No limite, filhos de desaparecidos que não querem ter vínculos com as famílias biológicas de origem, após das provas compulsivas de DNA que comprovam a sua identidade, são consideradas como más vítimas. Estes casos paradigmáticos vão ser tratados como espaços privilegiados na hora de compreender o lugar decisivo outorgado à condição de vítima legítima na própria configuração do Estado. O work vai mostrar como os assuntos do Estado passam a serem entendidos como assuntos de família ao tempo que o apelo a seus valores vai instituir posições hegemônicas dentro do campo do poder do Estado. Nesta análise vou dar conta em especial do lugar do Estado na distribuição desigual de compaixão e reconhecimento, fazendo compreensível a economia moral que organiza a pertença dos cidadãos na política contemporânea.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: